



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE TERESÓPOLIS**

PMT-RJ
PROCESSO N º 31.491/2018
RUBRICA: FLS.:

Foto Panorâmica da Cidade



Prefeitura de Teresópolis

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS

001/2019

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE
PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO
ATENDIMENTO UPA – 24 H**

**COM SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIA DE
PEQUENOS NEGÓCIOS**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/09/2019 às 10h00

*Antônio Henrique V. da Rosa
Secretário Mun. de Saúde
Mat. 4.16513-6*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ PROCESSO Nº 31.491/2018 RUBRICA: FLS:
--

SEJA UM FORNECEDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

A *Prefeitura Municipal de Teresópolis* disponibiliza o acesso às oportunidades de fornecimento através do sítio eletrônico www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br.

Oportunidades de Fornecimento:

Procedimentos agendados, acesso aos editais e notícias do andamento dos processos.

Licitações ao vivo:

Transmissão em áudio e vídeo das sessões públicas em tempo real e o arquivo com todos os procedimentos já transmitidos.

Seja um fornecedor:

Conheça a relação de documentos para se obter o Certificado de Registro Cadastral e realize o seu pré-cadastro.

Linhas de Fornecimento:

Tenha acesso ao Planejamento Estimativo Municipal de Compras, com a previsão de aquisições a serem realizadas no próximo período.

Compras Governamentais:

Tenha acesso ao Catálogo de Itens ativos em registro de preço no município; O tratamento diferenciado e simplificado para os Pequenos Negócios; E dados sobre o Sistema de Monitoramento das Compras Governamentais com indicadores das licitações realizadas.

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitações
Centro Administrativo Prefeito Celso Dalmaso
Avenida Feliciano Sodré, 611 - Várzea – Teresópolis/RJ
licitacao@teresopolis.rj.gov.br
(21) 2742-3885



CHECK LIST DE APOIO A LICITAÇÃO

Apresentamos uma sugestão de Check List para as exigências desta licitação, servindo como apoio para a emissão do C.R.C. autorizativo, elaboração do ENVELOPE A – Habilitação e o ENVELOPE B - Proposta de Preço. O seu uso não é obrigatório.

DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DO C.R.C. AUTORIZATIVO
7.9.1. - Habilitação Jurídica
Ato Constitutivo - conforme o caso 8.7.1.1. ou 8.7.1.2. ou 8.7.1.3. ou 8.7.1.4. ou 8.7.1.5. e 8.7.1.6.
Declaração art.º 7º inciso XXXIII da Constituição Federal 8.7.1.7. e Anexo VI
Declaração sobre funcionário inelegível - 8.7.1.8. e Anexo XII
Declaração de parentesco - 8.7.1.9. e Anexo VII
Declaração de não emprego forçado e degradante - 8.7.1.10. e Anexo XIV
Declaração benefício Previdência Social - 8.7.1.11. e Anexo XIII
7.9.2. - Regularidade Fiscal e Trabalhista
Registro do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) – 8.7.2.1.
Inscrição Municipal (se for o caso) - 8.7.2.2.
Inscrição Estadual (se for o caso) - 8.7.2.3.
Certidão da Dívida Ativa União e Receita Federal - 8.7.2.4. a)
Certidão de regularidade (ICMS) Estadual - 8.7.2.4. b)
Certidão de regularidade (Dívida Ativa) Estadual - 8.7.2.4. c)
Certidão de regularidade Municipal - 8.7.2.4. d)
Certificado de Regularidade de Situação ao FGTS - 8.7.2.5.
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT - 8.7.2.6.
7.9.4. - Qualificação Econômico-financeira
Balanço Patrimonial - 8.7.3.1.
Índice: Liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral 8.7.3.2. e Anexo XIV
Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica - 8.7.3.3.
Certidão ou declaração expedida por órgão competente, informando a quantidade e as competências dos Distribuidores da Comarca da sede da pessoa jurídica – 8.7.3.4.



ENTREGAR NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO	
DOCUMENTOS FORA DOS ENVELOPES	CONTROLE
Ato Constitutivo - conforme o caso 8.7.1.1. ou 8.7.1.2. ou 8.7.1.3. ou 8.7.1.4. ou 8.7.1.5. e 8.7.1.6.	
Procuração 10.9.6. no caso de Procurador com poder para representar a Licitante	
Documento de Identificação com foto 10.9.7.	
Credenciamento 10.10. - Anexo III	
Pleno Atendimento 10.10. - Anexo V	
Equiparação de Pequenos Negócios Lei Federal 123/06 10.11 - Anexo X Somente para enquadrados na Lei Complementar Federal nº 123/2006 (MEI, ME, EPP)	
Declaração de Conhecimento de Intenção de Subcontratação 3.2.5 - Anexo XI – Somente se ocorrer subcontratação de pequenos	
ENVELOPE Nº 1 PROPOSTA	Deverão ser entregues lacrados, com assinatura do representante da licitante nos quatro cantos e ambos os lados com a titulação de seu conteúdo identificação empresa e o número da Licitação.
ENVELOPE Nº 2 HABILITAÇÃO	

ENVELOPE A - HABILITAÇÃO	
DOCUMENTOS DENTRO DOS ENVELOPES	CONTROLE
C.R.C. autorizativo – 10.8.1.1.	
Certificado de Comparecimento – 10.8.1.2.	
Atestado de Capacidade Técnica – 10.8.1.3.1.	
Comprovante de Registro no Conselho PJ – 10.8.1.3.2.	
Declaração de Intenção de Subcontratação – 10.12 e Anexo XI	
Documentos de Habilitação dos Subcontratados, quando for o caso.	
ENVELOPE B – PROPOSTA COMERCIAL	
Proposta de Preços conforme o Anexo II – 10.2	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ PROCESSO Nº 31.491/2018 RUBRICA: FLS:
--

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA – 24 H

Por determinação do Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Vinicius Cardoso Claussen da Silva**, no **Processo Administrativo nº. 31.491/2018**, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Comissão Municipal de Licitação designada pela **Portaria GP n.º 507, de 04 de julho de 2019**, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações posteriores, comunica às empresas do ramo pertinente ao objeto da presente, que realizará, no dia **06 de SETEMBRO de 2019**, às **10 horas**, sob a égide do diploma legal mencionado, Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo Menor Preço Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA – 24 H, COM SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIO DE PEQUENOS NEGÓCIOS**, descritos e quantificados nos anexos deste Edital.

OBS.: Visando comunicação futura entre o Departamento de Suprimento e Licitação e as Empresas que retiraram o edital, solicitamos o preenchimento deste recibo de entrega e remeter à Prefeitura Municipal de Teresópolis, pelo e-mail licitacao@teresopolis.rj.gov.br ou Fax nº (21) 2742-3885.

A não remessa do recibo exime o Departamento de Suprimento e Licitação da Prefeitura Municipal de Teresópolis, da responsabilidade de informar a empresa licitante, eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.

O PRESENTE EDITAL DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL OFÍCIO 2, A FIM DE EVITAR EVENTUAIS CORTES.

FIRMA:

CNPJ:

NOME:

IDENTIDADE:

E-MAIL:

TEL/FAX:

DATA:

ASSINATURA:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ
PROCESSO Nº 31.491/2018
RUBRICA: FLS:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2019

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO
COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
UPA – 24 H**

Por determinação do Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Vinicius Cardoso Claussen da Silva**, no **Processo Administrativo nº. 31.491/2018**, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Comissão Municipal de Licitação designada pela **Portaria GP n.º 507, de 04 de julho de 2019**, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações posteriores, comunica às empresas do ramo pertinente ao objeto da presente, que realizará, no dia **06 de SETEMBRO de 2019**, às **10 horas**, sob a égide do diploma legal mencionado, Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA – 24 H, COM SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIO DE PEQUENOS NEGÓCIOS**, descritos e quantificados nos anexos deste Edital.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO**

Teresópolis, 21 de agosto de 2019.

**BRUNA GOULART SIQUEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

**ANTÔNIO HENRIQUE VASCONCELLOS DA ROSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**



1. DO OBJETO

1.1. A presente TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA – 24 H, COM SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIO DE PEQUENOS NEGÓCIOS**, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e as especificações e diretrizes elaboradas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas.

1.2. Fazem parte integrante do presente Edital, os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta de Contrato;

Anexo II – Proposta de Preços;

Anexo III – Carta de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Certificado de Comparecimento e Conhecimento;

Anexo V – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;

Anexo VI – Modelo de Declaração sobre Trabalho de Menores;

Anexo VII – Modelo de declaração conforme Artigo 88 Lei Orgânica Municipal;

Anexo VIII – Modelo de declaração de Fato Superveniente (modelo);

Anexo IX – Certificado de Prestação de Garantia Contratual;

Anexo X – Modelo de declaração de enquadramento de Pequenos Negócios;

Anexo XI – Declaração de Conhecimento de Intenção de Subcontratação

Anexo XII - Modelo de declaração sobre funcionário inelegível;

Anexo XIII - Modelo de declaração de que dispõe em seus quadros funcionais percentual mínimo de beneficiários da Previdência Social (Lei nº 8.213/91);

Anexo XIV – Modelo de declaração de não possui funcionário em trabalho degradante ou forçado;

Anexo XV – Parâmetros para análise de balanço;

Anexo XVI – Memorial Descritivo;

Anexo XVII – Cronograma Físico Financeiro;

Anexo XVIII – Planilha Estimativa;



Anexo XIX – Memória de Cálculo;

Anexo XX – Tabela do Bid.

- 1.3. Os licitantes que desejarem realizar visita técnica ao local onde será realizado o serviço objeto deste certame deverão agendar data e horário na **Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas**, situada na Av. Lúcio Meira, nº 375 - Várzea, Teresópolis – RJ, **através do telefone (21) 3642-1503**.

2. DA REALIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO

- 2.1. A presente **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, realizar-se-á em:
- 2.2. Dia: **06 de SETEMBRO de 2019**
- 2.3. Hora: **10 horas**;
- 2.4. Local: Sala do Departamento de Suprimentos e Licitação/Comissão Municipal de Licitação, no prédio do Centro Administrativo Celso Dalmaso, situada à Av. Feliciano Sodré, 611 - Várzea – Teresópolis, RJ.

3. **CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:**

- 3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação.
- 3.2. **DA SUBCONTRATAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DE ACORDO COM O ART. 48, II DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 123/06.**
- 3.2.1. Caso a licitante não seja enquadrado como Pequenos Negócios dentre as possibilidades estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 123/06, sendo este configurado pela apresentação da **Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo X)**, deverá o licitante, obrigatoriamente, apresentar as comprovações estabelecidas neste Edital para a subcontratação dos Pequenos Negócios conforme estabelece o Art. 48, II da referida lei.
- 3.2.1.1. Entende-se por Pequenos Negócios as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte capazes de atenderem as exigências estabelecidas neste edital, como licitante principal ou



subcontratada indicada, definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo art. 3º da referida lei.

- 3.2.1.2.** O Microempreendedor Individual é modalidade de Microempresa, estando estes aptos a participarem do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e regulamentado na Lei Complementar Federal n.º 128/08, desde que atendam as exigências estabelecidas neste edital, especialmente na qualidade de subcontratado indicado por licitante principal.
- 3.2.2.** A subcontratação deverá ser feita de acordo com as regras de Habilitação e Julgamento de Propostas deste Edital, observando o seu detalhamento nos anexos referentes ao objeto licitado, sendo livre a escolha por parte da licitante quanto a quaisquer percentuais, itens e empresas que serão subcontratados, devendo ser atribuídos em sua Proposta Comercial - Anexo II a identificação dos serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores referente ao(s) Pequeno(s) Negócio(s) a ser(em) subcontratado(s).
- 3.2.3.** É vedada a subcontratação total do objeto.
- 3.2.4.** O percentual subcontratado deverá ser inferior ao percentual total a ser executado pela licitante participante deste certame.
- 3.2.5.** Deverão os Pequenos Negócios, inclusive aquelas indicadas como possíveis subcontratadas, apresentar obrigatoriamente a Declaração de enquadramento como Pequeno Negócio - Anexo X - Esta declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes, no momento do Credenciamento.
- 3.2.6.** Deverão os Pequenos Negócios a ser subcontratados apresentar obrigatoriamente a Declaração de Conhecimento de Intenção de Subcontratação - Anexo XI - Esta declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes, no momento do Credenciamento;
- 3.2.7.** Deverão os licitantes que indicarem Pequenos Negócios estarem atentos a demonstração de qualificação econômico-financeira, em especial a



comprovação de capital mínimo ou valor de patrimônio líquido de 10% da parcela a qual a subcontratada está sendo indicada.

- 3.2.8.** A empresa Contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
- 3.2.9.** A Contratada responsabilizar-se-á pela utilização de equipamentos de proteção individual relativos ao objeto deste certame de todos os seus empregados e fiscalizar a utilização dos mesmos pelos Pequenos Negócios subcontratados.
- 3.2.10.** A Contratada responsabilizar-se-á pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes do trabalho e fiscalizará a contratação do seguro dos empregados dos Pequenos Negócios subcontratados, bem como demais regras estabelecidas pelo Conselho de Classe pertinente as atividades relacionadas ao objeto desta licitação.
- 3.2.11.** São inafastáveis as responsabilidades contratuais e legais da Contratada, que permanecerá perante a Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Secretaria Requisitante como totalmente responsável pela execução do objeto do Contrato, sob qualquer aspecto enfocado, não podendo em nenhuma hipótese elidir sua responsabilidade alegando subcontratação de Pequenos Negócios como elemento de sua ingerência.
- 3.2.12.** A Contratada deverá formalizar um contrato de subcontratação com o(s) Pequeno(s) Negócio(s) indicados para a fase de julgamento de proposta e análise documental, apresentá-lo no ato da assinatura do contrato com a Prefeitura tal documento.
- 3.2.12.1.** As regras estabelecidas entre a Contratada e o(s) Pequeno(s) Negócio(s) subcontratado(s) não modificarão as obrigações contratuais e legais entre a Prefeitura e a Contratada, sendo nula qualquer cláusula que por ventura disponha de forma contrária, transferindo ou isentando responsabilidades da Contratada.
- 3.2.13.** O Licitante obrigado a subcontratação deverá apresentar no Envelope A - Habilitação os documentos relativos aos Pequenos Negócios a serem subcontratados relativo a atividade que irão executar, conforme detalhamento do Anexo XI – Declaração de Intenção de Subcontratação, observando o que for devido e exigido como elemento de Habilitação



(detalhados nos itens 8.7 e 10.8.1.3), observando os objetos e comprovações as atividades que irá desempenhar.

3.2.13.1. Os Pequenos Negócios a serem subcontratados poderão solicitar a emissão do C.R.C. autorizatório visando facilitar a apresentação de sua habilitação, ou optarem por apresentar toda a documentação junto a Licitante juntando seus documentos no Envelope A.

3.2.13.2. Será garantida aos Pequenos Negócios indicados como subcontratados o tratamento diferenciado previsto nos Art. 42 e 43 da Lei Complementar Federal n. 123/06, devendo ser procedida as regras do item 8.9 deste Edital.

3.2.14. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente contratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.2.14.1. Caso ocorra substituição da subcontratada, por descumprimento das obrigações contratuais, ou por não apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista nos prazos previstos, deverá a licitante formalizar o ocorrido à Prefeitura, indicando um novo Pequeno Negócio, para o atendimento do percentual subcontratado remanescente no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2.14.2. No caso de substituição da subcontratada, deverá ser apresentada toda a qualificação exigida nesse edital da empresa substituta.

3.2.14.3. Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do item anterior, e comprovado que não exista nenhuma Pequeno Negócio capaz de atender as exigências de subcontratação, deverá o Fiscal de Contrato ordenar a transferência da parcela subcontratada à empresa principal contratada, devendo ser registrado em aditivo contratual que encadeará as alterações contábeis e financeiras necessárias na Prefeitura Municipal de Teresópolis.



- 3.2.14.4.** O pedido de substituição dos Pequenos Negócios subcontratados deverá ser encaminhado por escrito à Secretaria Solicitante visando à autorização do Fiscal do Contrato.
- 3.2.15.** Os pagamentos serão efetuados à Contratada e diretamente aos Pequenos Negócios subcontratados nas suas parcelas relativas e de acordo com o cronograma físico financeiro devidamente executado e medido.
- 3.2.16.** As licitantes obrigadas a subcontratar que não indicarem no seu cronograma físico financeiro o percentual referente a participação dos Pequenos Negócios a serem subcontratados serão desclassificadas.
- 3.2.17.** É vedada a subcontratação de Pequenos Negócios que esteja participando do certame na condição de licitante proponente.
- 3.3.** Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos, com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer Município e/ou ente da Federação, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 3.4.** Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 3.5.** Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- 3.6.** Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, fundações ou autarquias, ou o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.7.** Não será permitida a participação em consórcio.



- 3.8. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo item.
- 3.9. A participação neste Licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4. **RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

- 4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.012.10.302.0089.2159 3.3.90.39.00.00 CONTA 277 FONTE 0

5. **SUPORTE LEGAL**

- 5.1. Esta TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, é regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

6. **FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES**

- 6.1. A Prefeitura Municipal de Teresópolis, situada à Av. Feliciano Sodré, 611 - Centro, nesta, através do Departamento de Suprimentos e Licitação, por meio da Comissão Municipal de Licitação, seguindo as orientações técnicas da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, fornecerá toda e qualquer informação ou esclarecimento referente a presente TOMADA DE PREÇOS, através dos telefones (0XX21) 2742-3352 - ramal: 251, (0XX21)2742-8685 – Departamento de Licitação e (0XX21) 3642-1503 – Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, das 09:00 às 18:00 horas.
- 6.2. Os licitantes poderão obter informações e esclarecimentos à distância através do e-mail licitacao@teresopolis.rj.gov.br.



7. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo para execução do objeto será de **60 (noventa) dias corridos**, contando o seu início a partir do recebimento da autorização de início das obras emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo o **REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

7.1.1. Na Contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

7.2. A licitante/contratada deverá ter um diário de obra no local da mesma, sendo o mesmo aberto no dia de início da obra e devendo ser assinado pelo engenheiro (a) da licitante/contratada e pelo (a) fiscal designado (a) pela Prefeitura Municipal de Teresópolis para acompanhar a mesma.

7.3. A licitante/contratada deverá apresentar o comprovante de pagamento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho de Classe estadual.

7.4. Quando da última medição da obra apresentar comunicação de término da mesma, assinada pelo responsável da licitante/contratada.

7.5. Quinze dias após a apresentação do comunicado acima mencionado será dado termo provisório de recebimento da obra.

7.6. Até noventa dias após a conclusão da mesma será dado Aceite Definitivo da obra.

7.7. As medições serão mensais, ocorrendo até o dia 15 de cada mês, sendo que a contratada terá até o dia 18 como data limite para apresentação da fatura.

7.8. O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser solicitado através de processo administrativo contendo: cópia do contrato, cópia do(s) termo(s) aditivo(s) (quando for o caso), especificação, planilha e cronograma físico-financeiro da licitante/contratada.

7.9. **Na hipótese de não ser observado o prazo estipulado para a conclusão da obra, a licitante/contratada sujeitar-se-á ao pagamento de 1% (um por cento) “pro rata dia” incidente sobre o valor dos itens não executados.**

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO – AUTORIZAÇÃO (C.R.C.)

8.1. Somente poderão participar empresas portadoras do **C.R.C. (Certificado de Registro Cadastral)**, emitido pelo Departamento de Licitação, que tem validade de 01 (um ano).

8.2. Os interessados que não possuem o C.R.C, deverão solicitar tal Certificado, sendo esta uma exigência para a licitação, deverão atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do



recebimento das propostas, entregando o envelope contendo a documentação de habilitação até às 24 horas que antecedem o dia 06 de SETEMBRO de 2019.

- 8.3. Os documentos para a solicitação do C.R.C. deverão ser apresentados em envelope lacrado e devidamente rubricado pelo representante da empresa em todos os cantos, sendo formada a solicitação no Departamento de Suprimentos e Licitação, localizada no prédio do Centro Administrativo Celso Dalmaso, situada à Av. Feliciano Sodré, 611, 3º andar, Várzea – Teresópolis, RJ, das 09:00 às 18:00 horas **até a data prevista no item 8.2 deste Edital.**

- 8.4. **O envelope deverá ser identificado como:**

<p style="text-align: center;">SOLICITAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL TOMADA DE PREÇOS 001/2019 RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA</p>

- 8.5. Para participar da presente TOMADA DE PREÇOS, os interessados que não fazem parte do Cadastro Municipal de Fornecedores deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com antecedência de, no mínimo, **03 (três) dias antes** da data marcada para a presente Licitação.
- 8.6. Já os inscritos deverão providenciar o documento “Empresa Habilitada” junto ao Departamento de Licitação, 24 horas antes do certame atualizando a documentação vencida, se houver, devendo ser considerado os dias úteis.
- 8.7. Compõem os documentos de Habilitação para Emissão do C.R.C.:

8.7.1. Habilitação Jurídica:

- 8.7.1.1. No caso de Empresário Individual: Declaração de Firma Mercantil Individual ou Requerimento de Empresário, em vigor, registrado na Junta Comercial, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- 8.7.1.2. No caso de Sociedades Empresariais ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.



- 8.7.1.3.** No caso de Sociedades Civis: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado no Registro Público competente, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- 8.7.1.4.** No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
- 8.7.1.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.7.1.6.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.7.1.7.** Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Modelo Anexo VI);
- 8.7.1.8.** Declaração sobre funcionário inelegível (Modelo Anexo XI);
- 8.7.1.9.** Declaração de parentesco, conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal (Modelo Anexo VII);
- 8.7.1.10.** Declaração de não emprego de trabalho forçado ou degradante (Modelo Anexo XIII)
- 8.7.1.11.** O licitante vencedor deverá apresentar a Declaração que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada (Anexo Modelo XII), na seguinte proporção:

I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);

II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);



III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);

IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

V – A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional

8.7.1.12. Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

8.7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.7.2.1. Registro ou inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ);

8.7.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.2.4. Prova de regularidade para com as Fazendas:

- a) Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
- b) Estadual (ICMS, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro);
- c) Estadual (Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro); e
- d) Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;



- 8.7.2.5. Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS conforme Lei Federal nº. 8.212, de 24/07/91, dentro do período de validade, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 8.7.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal Nº 12.440, de 07/07/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- 8.7.2.7. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;
- 8.7.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.7.2.9. O licitante qualificado como Pequenos Negócios, pela apresentação da Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo X), deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.7.3.1. Apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis forma da lei.
 - 8.7.3.1.1. Para efeito de segurança no procedimento licitatório, o Balanço Patrimonial a ser apresentado, deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa licitante.
 - 8.7.3.1.2. Poderá ser apresentado, para de autenticação dos livros contábeis, a Escrituração Digital, através da apresentação do recibo de entrega e Demonstrações Financeiras (sendo dispensada a autenticação nas juntas comerciais conforme o Disposto no Decreto nº 8.683 de 25/06/2016), que



comproven a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

- 8.7.3.1.3.** O Balanço Patrimonial deverá estar assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC;
- 8.7.3.1.4.** Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do balanço de abertura;
- 8.7.3.1.5.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.7.3.2.** Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, que deverá ser comprovado através de documento conforme Modelo Anexo XV devidamente assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC - Conselho Regional de Contabilidade.
 - 8.7.3.2.1.** A não apresentação ou incorreções nos referidos índices, inabilitará a empresa caso esta não possua um capital social mínimo de 10% do valor total estimado deste Pregão, independente dos valores dos itens cotados;
- 8.7.3.3.** Certidão Negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica;
- 8.7.3.4.** Certidão ou declaração expedida por órgão competente, informando a quantidade e as competências dos Distribuidores da Comarca da sede da pessoa jurídica.



- 8.8.** O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.9.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Pequenos Negócios seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.9.1.** Havendo alguma restrição na documentação para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de (05) cinco dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, podendo este ser prorrogado por igual período a critério da Presidente da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme artigo 43 Parágrafo 1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 8.9.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Presidente da Comissão de Licitação convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação, conforme § 1º e 2º do artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 8.9.3.** A existência de situação prevista no item 8.9. no momento de emissão do C.R.C. não veda a emissão do mesmo, que deverá constar quais documentos estão com irregularidade.
- 8.10.** Os documentos necessários à habilitação e ao credenciamento poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório ou por servidor do Departamento de Suprimento e Licitação deste Município ou publicação em órgão oficial e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo;
- 8.10.1.** A autenticação dos documentos NÃO SERÁ feita durante a sessão do Pregão, devendo o licitante providenciá-las pelos menos 24 horas antes



do certame, respeitando-se ainda o prazo prévio de emissão da Autorização (C.R.C.).

- 8.11.** Os documentos apresentados em original não serão devolvidos, permanecendo integrantes ao processo licitatório.
- 8.12.** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal.
- 8.13.** Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se:
- A) Estiverem devidamente registrados nos órgãos competentes do país de origem;
 - B) Estiverem devidamente legalizados em órgão do Ministério do Exterior do Brasil, podendo ser em repartição consular do Brasil no país de origem;
- 8.14.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;
- 8.14.1.** Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos.
- 8.14.1.1.** Para os documentos que não apresentarem esta informação, será considerado como prazo de validade o período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão, com exceção dos atestados de capacidade técnica que por Lei é vedada a limitação de tempo;
 - 8.14.1.2.** Os certificados/certidões deverão ter prazo de validade com vencimento até, no mínimo, a data marcada para a abertura dos envelopes;
- 8.14.2.** As declarações exigidas neste edital, a serem firmadas pelo licitante, deverão estar datadas em, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data marcada para a abertura dos envelopes.
- 8.14.3.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo.
- 8.14.3.1.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.



- 8.15. Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a proponente será desclassificada.
- 8.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 8.17. Não será aceito protocolo de comprovação de requerimento, em substituição aos documentos solicitados no presente Edital.
- 8.18. Em nenhuma hipótese serão recebidos documentos de habilitação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital, implicando os mesmos na inabilitação do licitante.
- 8.19. Verificada o atendimento as exigências para a emissão do C.R.C., o mesmo será emitido e enviado para o representante da empresa solicitante, em até 24 horas antes do certame.

9. DO CREDENCIAMENTO

- 9.1. Na data, horário e local estabelecido neste Edital, na presença das licitantes presentes e demais pessoas que por ventura assistam ao Ato Público, a Comissão Municipal de Licitação, dará início a abertura desta licitação, mediante o recebimento da documentação referente à identificação dos representantes legais das licitantes, bem como dos envelopes devidamente lacrados e rubricados em todos os cantos e ambos os lados: "DOCUMENTAÇÃO - HABILITAÇÃO" e de "PROPOSTA DE PREÇOS", seguindo a seguinte rotina que se apresenta.
- 9.2. Somente os representantes legais, devidamente identificados e presentes na sala de reunião, poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos.
- 9.3. No certame a firma deverá estar devidamente representada.
 - 9.3.1. Somente será admitido 01 (um) representante por empresa, que deverá apresentar à Comissão Municipal de Licitação documento de identidade, instrumento procuratório, com a sua designação expressa para representar a licitante, ou cópia do contrato social, comprovando tratar-se de sócio com poderes para responder pelos direitos e obrigações da licitante.
 - 9.3.2. É expressamente vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas que participaram da elaboração do projeto básico relativo ao objeto da licitação.



- 9.4.** Declarada a abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 9.4.1.** Não serão admitidos atrasos, inclusive por motivo de autenticação de documentos.
- 9.5. Para o Credenciamento deverão ser entregue a Comissão de Licitação:**
- 9.5.1.** No ato de credenciamento, o representante de cada empresa licitante deverá apresentar, simultaneamente, os 2 (dois) envelopes fechados, indevassáveis e rubricado em todos os cantos em ambos os lados, sendo:
- ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
- 9.5.2.** Tratando-se de procurador deverá ser apresentado o instrumento de procuração público ou particular junto a Instrumento de Credenciamento (modelo Anexo III deste Edital) com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para participação neste tipo de ato.
- 9.5.3.** O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação com foto, devendo este estar com validade na data do certame, bem como a cópia do mesmo.
- 9.5.4.** A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.
- 9.6. Deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 1 e 2, no momento do Credenciamento, o Instrumento de Credenciamento (modelo Anexo III), assim como a Declaração de Pleno Atendimento (modelo Anexo V), sob pena de desclassificação.**
- 9.7. Para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06, os proponentes deverão apresentar, fora dos Envelopes nºs 1 e 2, no momento do Credenciamento, a Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo X), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
- 9.8.** É admitido o envio dos Envelopes pelo Correio, contudo as Empresas que não fizerem o credenciamento in loco, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer



documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de HABILITAÇÃO, atos e decisões formais da Presidente da Comissão de Licitação, sob pena de preclusão.

- 9.9. O credenciado só poderá representar uma empresa.
- 9.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 9.11. A não apresentação ou incorreções no Instrumento de Credenciamento, **NÃO INABILITA** o **LICITANTE** que, será considerado sem **REPRESENTANTE CONSTITUÍDO**, participando, porém, de todas as fases do Processo, como **OBSERVADOR**, podendo ser revalidada essa condição, em qualquer fase/momento do presente Processo.
- 9.12. Após a conferência das exigências para o credenciamento pela Comissão de Licitação, tais documentos deverão ser disponibilizados para todos os representantes credenciados, para conferência e rubrica dos documentos e nos envelopes (nos quatro cantos em ambos os lados).
- 9.13. Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória a apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas **ANTES DA LICITAÇÃO**, por um dos funcionários da Departamento de Suprimento e Licitação desta municipalidade.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);



- 10.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 10.1.3.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>);
- 10.1.4.** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.
- 10.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.3.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões.
- 10.4.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas.
- 10.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.6.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.7.** Constatada a existência de sanção, a Presidente da Comissão de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.8. No envelope “A” – Habilitação deverá ser identificado e constar obrigatoriamente:**



Envelope "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2019

dia 06 de SETEMBRO de 2019, às 10 horas;

Identificação da Empresa

10.8.1. No conteúdo constará:

10.8.1.1. C.R.C. com validade emitido com o efeito de Autorização a participação na TOMADA DE PREÇOS.

10.8.1.1.1. Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória à apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas ANTES DA LICITAÇÃO, por um dos funcionários da Departamento de Suprimento e Licitação desta municipalidade.

10.8.1.2. Uma (01) via do Certificado de Comparecimento ao local de execução da obra, sendo tal ação de livre vontade da licitante, conforme Anexo IV.

10.8.1.3. Qualificação Técnica

10.8.1.3.1. Atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução fiel do cumprimento de contrato compatível com as características semelhantes, equivalentes ou superiores às do objeto dessa licitação (construção/reforma), devidamente registrados em Conselho Regional Competente - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.



- 10.8.1.3.2.** Comprovação de registro da Pessoa Jurídica em entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
- 10.8.1.3.3.** Comprovação de possuir em seu quadro permanente ou através de contrato de prestação de serviço, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional Competente – CREA e/ou CAU - detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.
- 10.8.1.3.3.1.** Os profissionais indicados pela empresa licitante para fins de comprovação da qualificação técnica acima descrita, nos termos do § 10 do art. 30 da Lei 8.666/93, deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Teresópolis.
- 10.9.** Após a fase de habilitação não serão aceitos pedidos de retiradas de propostas, sujeitando-se a licitante ao julgamento até o final do certame;
- 10.10.** Mesmo que o licitante possua o Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pelo Departamento de Suprimentos e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, deverá ser apresentado os atestados de capacitação técnica exigidos neste edital.
- 10.11.** Os habilitados passarão a fase de abertura das propostas.
- 10.12.** **Caso o licitante esteja obrigado a subcontratar Pequenos Negócios, o mesmo deverá apresentar no ato do Credenciamento a Declaração de Intenção de Subcontratação Anexo XI, e dentro do Envelope A os documentos exigidos como habilitação referentes as atividades que irá desempenhar.**



11. DAS PROPOSTAS

- 11.1. A Proposta de Preço deverá ser apresentada em formato de Planilha de Preços, com preços por item, em papel timbrado da firma, devendo ser preenchida por meios mecânicos (digitada ou datilografada), datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo a razão social, o endereço e o C.N.P.J. da firma proponente, conforme modelo Propostas de Preços – Anexo II, devendo o envelope ser identificado da seguinte forma:

Envelope "B" – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2019
dia 06 de SETEMBRO de 2019, às 10 horas;
Identificação da Empresa

- 11.2. Da proposta deverá constar obrigatoriamente:

- 11.2.1. Preços unitários em moeda nacional (Real), com no máximo duas casas decimais e valor total da proposta;
- 11.2.2. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- 11.2.3. Prazo para conclusão que deverá ser de acordo com o fixado no Edital desta Tomada de Preços.

12. DAS ABERTURAS DAS PROPOSTAS

- 12.1. A abertura dos envelopes "B", que contém as propostas, será posterior a abertura do envelope "A", referente a habilitação dos concorrentes, desde que transcorrido o prazo de Lei sem interposição de recursos, ou deles tenha havido desistência expressa ou após o julgamento daqueles por ventura interpostos.
- 12.2. Os documentos de habilitação, bem como as propostas, deverão ser rubricados pelos representantes legais das empresas licitantes, representantes da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras e pelos membros da Comissão de Licitação sendo, a seguir, lavrada ata circunstanciada.



12.3. O valor máximo estimado da presente licitação é de R\$ 312.678,44 (trezentos e doze mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), conforme Anexo XVIII – Planilha Estimativa e Anexo XIX – Memória de Cálculo.

12.3.1. Serão desclassificadas as propostas que ofertarem preços acima deste valor e deste percentual nos termos do inciso X do art. 40 c/c o inciso II do art. 48, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

12.3.2. Os impostos, taxas e demais encargos deverão estar inclusos no valor da proposta.

12.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, ou anexado às mesmas, qualquer tipo de documento, que importe em modificações de seus termos originais.

12.5. No caso de divergência entre as informações contidas na documentação considerada acessória ou complementar à proposta e nos termos da proposta específica, prevalecerão os termos da proposta e o seu valor por extenso.

12.6. É fixado uma faixa de admissibilidade de erro de cálculo da proposta de 0,1% da estimativa oficial para as variações a maior ou a menor, dentro da qual não se desclassifica a proposta, retificando-se apenas as incorreções para julgamento pelo seu exato valor.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Municipal de Licitações e um representante da Secretaria solicitante, obedecendo ao critério de **MENOR PREÇO GLOBAL, sendo vencedora a proposta que apresentar a MAIOR REDUÇÃO PERCENTUAL distribuída de forma uniforme em todos os itens da planilha.**

13.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente, conforme determina o Art. 3º § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, sendo respeitado o que estabelece a Lei Complementar Federal nº 123, de 2016.

13.3. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes Pequenos Negócios, conforme classificação da Lei Complementar Federal nº 123, de 2016 e suas posteriores modificações, e que apresentaram a **Declaração de**



Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo X) preferência à contratação, pelas seguintes regras:

- 13.3.1. A pregoeira convocará o Pequenos Negócios, detentor da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 20 (vinte) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 13.3.2. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 13.3.1. deste Edital.
- 13.3.3. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais Pequenos Negócios, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 13.3.1. deste Edital.
- 13.3.4. Caso a detentora da melhor oferta esteja equiparado aos Pequenos Negócios, como a Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas posteriores modificações, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 13.3.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 13.3.6. O Pequeno Negócio mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 13.3.7. Não ocorrendo a contratação do Pequeno Negócio, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 13.3.8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos Pequenos Negócios que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



13.3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

13.4. A homologação dos procedimentos bem como a adjudicação do objeto caberá à Secretaria Municipal de Saúde, que poderá, ainda anular ou revogar a presente Licitação por despacho motivado, sem que caiba às proponentes direito a qualquer indenização.

14. DOS RECURSOS

14.1. Os recursos interpostos contra às decisões proferidas pela Comissão Municipal de Licitações, somente serão acolhidas nos termos da Lei 8.666/93, mediante requerimento protocolado nesta Prefeitura no prazo de 05 (cinco) dias úteis a constar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- 14.1.1.** habilitação ou inabilitação do licitante;
- 14.1.2.** julgamento das propostas;
- 14.1.3.** anulação ou revogação da licitação;
- 14.1.4.** indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- 14.1.5.** rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 desta Lei;
- 14.1.6.** aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
 - 14.1.6.1.** Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
 - 14.1.6.2.** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
 - 14.1.6.3.** Pedido de reconsideração de decisão do Prefeito Municipal, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.



15. DA CONTRATAÇÃO

- 15.1.** Após a adjudicação e homologação, a Administração Municipal, através da Procuradoria Geral convocará o licitante/vencedor em até 30 (trinta) dias, para que este assine o termo de contrato.
- 15.1.1.** Se o licitante/vencedor deixar de assinar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação ou da comunicação para assinatura do contrato, e sem justificativa apresentada por escrito, caducará o seu direito de vencedor, sujeitando-se às penalidades em conformidade com o disposto no artigo 81 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 15.2.** Na hipótese do não comparecimento do convocado, fica caracterizada a recusa injustificada do adjudicado, levando a Administração a convocar os licitantes remanescentes, em ordem de classificação, nas mesmas condições do primeiro colocado, bem como poderá revogar todo o procedimento licitatório, porque tal acontecimento caracteriza o descumprimento total da obrigação, levando o infrator às penas da lei.
- 15.3.** O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, desde que seja alegado fato relevante, comunicado à Administração, e esta o aceite.
- 15.4.** Havendo necessidade, e com pedido devidamente justificado no auto, o contrato poderá ser prorrogado na forma do Art. 57 seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 15.5.** O contrato firmado com o licitante contratado poderá ser alterado na forma do Art. 65, incisos alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

16. DA RESPONSABILIDADE DA ADJUDICATÁRIA

- 16.1.** Responsabiliza-se a contratada por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não se eximindo dessa responsabilidade quando houver acompanhamento da execução por Órgão do Município.
- 16.2.** Responsabiliza-se a contratada por manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições exigidas para a sua habilitação no certame.



- 16.3.** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17. DAS GARANTIAS

- 17.1.** A Administração exigirá do licitante o fornecimento de uma garantia, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades abaixo relacionadas:
- a) Caução em dinheiro ou título de dívida pública;
 - b) Seguro Garantia;
 - c) Fiança Bancária.
- 17.2.** A garantia que se refere o “caput” deste artigo será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele.
- 17.3.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e atestado de recebimento pelo Secretário requisitante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 18.1.** O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras, será efetuado através de medições mensais realizadas pela fiscalização da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras.
- 18.2.** Representante do contratado deverá formalizar processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, contendo:
- a) Nota Fiscal com o correto detalhamento dos itens fornecidos;
 - b) Relatório de execução, quando for o caso;
 - c) Cópia do contrato ou instrumento equivalente, inclusive eventuais aditivos;
 - d) Nota de empenho;
 - e) Comprovação de regularidade fiscal com as Fazendas:



- I) Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
 - II) Estadual (ICMS e Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro) e;
 - III) Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;
- f) Pagamento da tarifa do Protocolo Geral, quando for o caso.
- 18.3.** A última medição (parcela) estará vinculada ao aceite provisório da obra (as medições obedecerão ao Cronograma Físico Financeiro).
- 18.4.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação das faturas.
- 18.5.** Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido acima, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como, a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia.
- 18.6.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido para pagamento, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata dia”.
- 18.7.** Os processos de pagamento terão sua entrada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis e deverão conter 01 cópia do contrato; 01 cópia do termo aditivo (quando for o caso); cópia da planilha apresentada na licitação; documento comprobatório de regularidade fiscal e previdenciária; 02 cópias da planilha de medição, sendo 01 para o processo e outra para a Secretaria Especial de fiscalização de Obras e Nota Fiscal.
- 18.8.** Não será aceita medição caso a licitante/contratada não apresente a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) paga, tenha diário de obra, placa de obra e Documentos mencionados na observação 1.
- 18.9.** As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico - Financeiro, que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas das obras em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.



- 18.10.** As medições serão processadas independentemente de solicitação da Adjudicatária. A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes no período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior.
- 18.11.** Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Custos, ou em suas eventuais alterações no curso das obras.
- 18.12.** Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:
- I) As quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
 - II) O valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.
- 18.13.** Na medição final ou na medição única, será anexado um cadastro técnico das obras realizadas, com todas as plantas, detalhes e especificações.
- 18.14.** As medições deverão ser acompanhadas das memórias de calculo com a indicação dos locais de execução e das dimensões de cada parte ou trecho de item medido.
- 18.15.** As medições dos serviços de transportes deverão ser acompanhadas de memorial descrevendo o local de origem, percurso e o equipamento utilizado, obedecendo a velocidade prevista no item de serviços, constante na planilha detalhada de custos bem como a carga, os licitantes que não forem capazes de praticar a velocidade estimada deverão considerar este limitador em sua composição de custos. Não será considerada qualquer solicitação de alteração de velocidade na apresentação da proposta após a realização da licitação. As alterações só poderão ser aceitas em decorrência de fatos relevantes e supervenientes, não previsíveis quando da elaboração do projeto básico, devendo esta modificação ser demonstrada, justificada e atestada pela fiscalização designada.
- 18.16.** Eventualmente poderão ser medidos serviços em quantitativo superior à estimativa mensal prevista na Planilha Orçamentária, quando se fizer necessário ao atendimento da consecução do objeto da presente contratação, desde que



não ultrapasse o valor global contratado, e desde que previamente autorizado pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1.** Executados as obras, seu objeto será recebido nos termos do Art. 73, Inciso I, Alíneas “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/93.
- 19.2.** A adjudicatária é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou má qualidade dos materiais empregados.
- 19.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança das obras, nem a ética-profissional pela sua perfeita execução.

20. DO REAJUSTE

- 20.1.** Os preços, em moeda corrente nacional, serão considerados irreajustáveis para valores superiores aos originalmente propostos durante o período originariamente contratado.
- 20.2.** Na possibilidade do contrato a ser firmado com a licitante vencedora ter seu prazo prorrogado, os preços que vierem a ser pactuados para prestação dos serviços, serão fixos e irreajustáveis por 12 (doze) meses, a iniciar contagem a partir da data da apresentação das propostas de preços. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, os preços serão reajustados com base na variação percentual no IPC (Índice de Preços ao Consumidor) à época, adotando-se a seguinte metodologia de cálculo:

$$Pr = Pó + (PoxR)$$

$$R = I/Io$$

Onde:

Pr - Preço Unitário Reajustado, por item de serviço

Pó - Preço Unitário Ofertado na Proposta, por item de serviço

R - Índice de Reajustamento (em pontos percentuais)



I - IPC do mês do reajustamento

lo - IPC do mês de elaboração da proposta de preços ou do último reajustamento.

- 20.3.** Independentemente do tempo decorrido da vigência do contrato, as partes poderão avaliar os preços contratados, visando o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante par justa remuneração dos serviços prestados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.
- 20.4.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

21. DAS PENALIDADES

- 21.1.** Ao vencedor, adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela execução do OBJETO - descrito na cláusula II desta TOMADA DE PREÇOS, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto, serão aplicadas as seguintes penalidades:
- 21.1.1.** Advertência por escrito;
- 21.1.2.** Multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;
- 21.1.3.** Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;



- 21.2. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento de danos.
- 21.3. A Sanção indicada no subitem 21.1.2. poderá ser aplicada conjuntamente com as estabelecidas pelos subitens 21.1.1., 21.1.3. e 21.1.4., na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado.
- 21.4. Será garantido, nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 22.1.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, sendo o prazo limite para Licitantes de até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme Art. 41 § 2º da lei Federal n. 8.666/93.
- 22.1.2. Para efeito de antecipação, a impugnação poderá ser iniciada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br, pelo fax (0XX21) 2742-3352, devendo a mesma ser formalizada por petição protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis, contendo:
 - a) Assunto: T.P. nº - IMPUGNAÇÃO - Razão Social da solicitante
 - b) No corpo da solicitação: Razão Social da Empresa; nome completo da Pessoa Física (representante da empresa e solicitante representante), CNPJ/CPF, Telefone para Contato, E-mail; razões fundamentadas.
- 22.1.3. Caberá ao Comissão de Licitação, com parecer da Autoridade Superior Requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- 22.1.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.



- 22.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Comissão de Licitação, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o e-mail licitacao@teresopolis.rj.gov.br, contendo:
- a) Assunto: T.P. nº - IMPUGNAÇÃO - Razão Social da solicitante
 - b) No corpo da solicitação: Razão Social da Empresa; nome completo da Pessoa Física (representante da empresa e solicitante representante), CNPJ/CPF, Telefone para Contato, E-mail; questionamentos.
- 22.3.** Caberá a Presidente da Comissão de Licitação prestar os esclarecimentos, com apoio, quando necessário da Secretaria Requisitante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.
- 22.4.** Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros do Departamento de Suprimentos e Licitações, bem como a Comissão de Licitação não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.
- 22.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.6.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Comissão de Licitação serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1.** A Prefeitura Municipal de Teresópolis reserva-se o direito de escolher a proposta que mais lhe convier, ou recusar todas, anulando-a ou aprovando-a total ou parcialmente se assim for do interesse público, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização.
- 23.2.** Aplica-se aos casos omissos a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 23.3.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências



acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

- 23.4.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados as Ocorrências relevantes e que, ao final será assinada pela Comissão de Licitação, assim como pelos representantes proponentes presentes.
- 23.5.** Os interessados poderão adquirir o Edital, no Departamento de Suprimento e Licitação, no Centro Administrativo Prefeito Celso Dalmaso, situado na Avenida Feliciano Sodré, 611 - Várzea, Teresópolis, no horário das 09:00 às 18:00 horas. Informações pelos telefones: (0XX21) 2742-3352 e (0XX21) 2742-3885, a partir das 09:00 horas, ou pelo endereço eletrônico desta Prefeitura (www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br).
- 23.6.** Não serão conhecidos recursos e/ou impugnações enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, se o respectivo original não tiver sido protocolizado até o final do prazo legal no Protocolo Geral deste Município.
- 23.7.** É facultada a Presidente da Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 23.8.** Fica assegurada a Presidente da Comissão de Licitação o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.
- 23.9.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 23.11.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui



estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa da Presidente da Comissão de Licitação ao contrário;

- 23.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;
- 23.13.** As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;
- 23.14.** Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, da proposta e de seus invólucros, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, ficando a decisão a critério da Presidente da Comissão de Licitação.
- 23.15.** Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação será dirimida pela Presidente da Comissão de Licitação, que poderá solicitar apoio da Assessoria Jurídica da Administração, bem como consulta a Secretaria Requisitante;
- 23.16.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública da Licitação.
- 23.17.** Fica a cargo da empresa proponente, em caso de inabilitação, retirar o envelope de documentos de habilitação (ENVELOPE A) no Departamento de Suprimento e Licitação, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, após a homologação ou conclusão do processo, sendo que quando não retirado será incinerado pela comissão, independente de qualquer aviso ou notificação.
- 23.18.** O Departamento de Suprimentos e Licitações poderá, dependendo do volume de documentos, e depois da análise e rubrica dos representantes dos proponentes, sobrestar o certame pelo prazo que determinar suficiente, com a finalidade de, com a devida cautela, promover nova análise na documentação.
- 23.19.** Após a realização da Licitação, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados conforme estabelece a Lei de Acesso a Informação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ PROCESSO Nº 31.491/2018 RUBRICA: FLS:
--

23.20. O foro da Cidade de Teresópolis, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

Em, 21 de agosto de 2019.

ANTÔNIO HENRIQUE VASCONCELLOS DA ROSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Antônio Henrique V. da Rosa
Secretário Mun. de Saúde
Mat. 4.16513-6



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, COMO CONTRATANTE, E A _____, COMO CONTRATADA, PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA – 24 H.**

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de 2019, a Prefeitura Municipal de Teresópolis com sede na rua _____, Centro, Teresópolis, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, a seguir denominada CONTRATANTE, representado pelo Ilmo. Sr. _____, Secretária Municipal de Saúde, portador da Carteira de Identidade n.º _____, emitido pelo _____, inscrito no C.P.F. sob o n.º _____, e a empresa _____, estabelecida na rua _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo (a) _____, na qualidade de _____, tem justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº _____/2019, realizada através do processo administrativo nº _____, homologada por despacho do Ilmo. Sr. Secretária Municipal de Saúde, datado de ____/____/____ (fls. ____ do processo) que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - (Legislação Aplicável) - Este Contrato se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 8.666/93 e pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações (quando o Município ocupar a posição de consumidor final de produto), pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000. A Contratada declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.



CLÁUSULA SEGUNDA - (Objeto) - O objeto do presente Contrato é a _____, consoante ao Processo Administrativo nº _____.

Parágrafo Único - Os serviços serão prestados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no Edital da TP _____/2019, na Proposta-Detalhe – Anexo n.º II, bem como no cronograma físico-financeiro e memorial descritivo em detalhes e informações fornecidas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA (Valor) - O valor total do presente Contrato é de _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA - (Forma e Prazo de Pagamento) - Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 30 (trinta) dias, após o faturamento e o atesto da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá entregar juntamente com as notas fiscais as guias de recolhimento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Caixa Econômica Federal (CEF), bem como, a Folha de Pagamento de todos os seus empregados que prestem serviço de forma direta ao Município de Teresópolis do mês competente.

Parágrafo Segundo - As notas fiscais deverão ser apresentadas a cada execução da etapa, para serem devidamente conferidas e atestadas por 02 (dois) servidores ou Comissão especialmente designada para fiscalização da execução, que não o ordenador da despesa e posteriormente encaminhadas para pagamento, que deverá ocorrer no 30º (trigésimo) dia, contado a partir do adimplemento de cada execução da etapa.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo atraso no pagamento das Notas Fiscais, a Contratada será remunerada com aplicação do índice do IPC-FIPE, calculado “pró-rata-die” após o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação, nos termos da Art. 40 Incisos XIV alínea “d” da Lei Federal de Licitações.

Parágrafo Quarto - Por eventuais antecipações no pagamento das Notas Fiscais a Contratada sujeitar-se-á ao desconto com aplicação do índice do IPC-FIPE, calculado “pró-rata-die”, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia do adimplemento.

CLÁUSULA QUINTA - (Garantia) - A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ (_____)



equivalente a 5% (dois por cento) do valor do Contrato, conforme o artigo 56 § 1º da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante de acordo com o artigo 56 § 4º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - (Prazo) - O prazo de execução dos serviços será de ____ (_____) dias contados a partir do recebimento da autorização de início das obras emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser acrescida e o Contrato prorrogado por igual período, nos termos do artigo 57, inciso II, ou alterado, na forma do artigo 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, que se aplica subsidiariamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - (Regime de Execução) – A prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, obedecerá ao cronograma físico-financeiro e memorial descritivo, deste processo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA – (Da Fiscalização) - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à CONTRATANTE, na forma prevista no inciso III, da cláusula décima, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente e nas especificações dos serviços, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.



Parágrafo Terceiro - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na prestação dos serviços não implicará em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA - (Obrigações da Contratada) - São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas na Proposta de Preço, cronograma-físico financeiro e memorial descritivo deste Contrato;

II – tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas.

III – se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

IV - atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;

V - refazer, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela CONTRATANTE, durante o prazo de execução estabelecido na Cláusula Sexta deste Contrato;

VI – se responsabilizar, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término:

- 1- A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- 2- Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município de Teresópolis no Polo Passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;



- 3- A retenção prevista na alínea “b” será realizada na data do conhecimento pelo Município de Teresópolis da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários;
- 4- A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela adjudicatária;
- 5- Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses, previstas na alínea “d” o contratante efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo em nenhuma hipótese, ressarcimento a CONTRATADA;
- 6- Ocorrendo o término do contrato sem que se tenha dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou pagamento da condenação/dívida;
- 7- A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE a cópia da Rescisão Contratual de quaisquer de seus empregados ligados à Prefeitura Municipal de Teresópolis;
- 8- A CONTRATADA deverá cumprir as normas contidas na NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quando a prestação de serviço gerar algum risco à saúde ou integridade física do empregado;
- 9- A CONTRATADA deverá seguir as normas trabalhistas com a formalização e os registros contratuais.

VII - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços.

VIII - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual.

IX - apresentar na assinatura do Contrato o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), bem como o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados que estejam à disposição da CONTRATADA para prestação dos serviços objeto deste Contrato, com fins de avaliação de riscos/exames dos locais de trabalho em que estão sendo prestados tais serviços. No caso de demissão de algum empregado, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação acima para o novo funcionário admitido.

CLÁUSULA DÉCIMA - (Obrigações da CONTRATANTE) - São obrigações da CONTRATANTE:



I - Realizar os pagamentos na forma e condições previstas;

II- Realizar a fiscalização dos serviços contratados.

III- Indicar, no prazo de 5 dias úteis da assinatura deste Contrato, através de ato da Secretaria Municipal de Obras, os servidores responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - (Aceitação do Objeto do Contrato) - A aceitação dos serviços previstos na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação do servidor da CONTRATANTE, indicado conforme estabelecido na CLÁUSULA DÉCIMA acima, que constatará se os serviços atendem a todas as condições contidas na Proposta de Preço (anexo n.º II), cronograma-físico financeiro e memorial descritivo, deste Contrato.

Parágrafo Único - Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - (Força Maior) - Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do contrato, deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrência não comunicada nem aceitas pela Fiscalização, nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - (Suspensão da Execução) - É facultado à CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - (Sanções Administrativas) - A recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estipulado no Edital, bem como inexecução, total ou parcial do Contrato, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 7º da Lei



Federal n.º 10.520/02, (quando for o caso de Pregão) ou no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93. As penalidades serão:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) quando verificado atraso no cumprimento da obrigação assumida, aplicada à Adjudicatária ao dia sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, ou se for o caso, do respectivo saldo não atendido;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro - As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Segundo – Caso não seja feito o recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

Parágrafo Quinto - As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto - Nos casos em que o valor da multa venha ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - (Recursos) - Contra as decisões que resultarem penalidade, a CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de Reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, da ciência que tiver tido das decisões;



b) Recurso a ser interposto perante a autoridade imediatamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração, mediante depósito prévio do valor da multa, em moeda corrente, na Divisão de Tesouraria da Contratante;

c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - (Rescisão) - A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, garantida a prévia defesa.

Parágrafo Único - Na decretação da rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – (Da Subcontratação) – A Subcontratação somente será autorizada no caso de subcontratação de Pequenos Negócios, conforme o A

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio.

Parágrafo Primeiro – Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

Parágrafo Segundo – O subcontratado será responsável, junto com a adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à CONTRATADA, descritas na Cláusula Nona, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, respondendo nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - (Das Cláusulas Exorbitantes) – Fazem parte do presente Contrato as prerrogativas constantes no artigo 58 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - (Dotação Orçamentária) - Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho _____, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, através da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado nos meses subsequentes.



CLÁUSULA VIGÉSIMA - (Foro) - Fica eleito o foro da Cidade de Teresópolis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – (Das Disposições Finais)

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal exigidas no Edital que instruiu esta Licitação onde foram licitados os materiais objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Para efeito de entrega das Faturas, o gerenciamento do contrato caberá aos servidores indicados na forma prevista no inciso III, da Cláusula Décima, que ficarão responsáveis pelo recebimento, manifestação quanto à qualidade dos serviços prestados (atesto).

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Teresópolis, _____ de _____ de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

Secretária Municipal

Razão Social da Contratada
Nome do Representante Legal
Cargo

TESTEMUNHAS:

1- _____ C.I. nº. _____
2- _____ C.I. nº. _____



ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº. 31.491/2018 e a Tomada de Preços nº 001/2019 da licitação em epígrafe, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA – 24 H, COM SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIO DE PEQUENOS NEGÓCIOS**, solicitado pela **Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Teresópolis** declarando:

- a) Que se submete inteiramente às disposições da Lei Federal nº.8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº.101 de 04/05/2000 às exigências do Edital e as especificações dos serviços que dele fazem parte integrante;
- b) Que tomou conhecimento das características e eventuais dificuldades para execução das obras e/ou serviços;
- c) Que, se compromete a colocar e manter em serviço, nos prazos determinados pela **FISCALIZAÇÃO**, todos os equipamentos, veículos e pessoal necessário a fim de cumprir rigorosamente o prazo estabelecido no Edital, sob pena de suspensão de pagamento e demais cominações legais;
- d) Que, se compromete a executar as obras e/ou serviços, objeto da licitação, no prazo estabelecido no cronograma oficial;
- e) Que o preço total, pelo qual se propõe a executar as obras e/ou serviços será o da planilha apresentada no dia do certame, **CUJA REDUÇÃO PERCENTUAL É DE: XXX %** (_____ por cento).



ATENÇÃO – PREENCHER A TABELA ABAIXO SE OBRIGATÓRIO A SUBCONTRATAÇÃO POR FORÇA DO ART. 48, II DA LCF 123/06 – DEVERÁ SER GERADO UM QUADRO PARA CADA PEQUENO NEGÓCIO SUBCONTRATADO

SUBCONTRATADA N. 1 (...)			
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ		PORTE:	
NOME RESPONSÁVEL		CPF	
TELEFONE			
ENDEREÇO			
DADOS BANCÁRIOS			
ATIVIDADES A SEREM REALIZADA DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR (R\$)	
VALOR TOTAL SUBCONTRATADA N. 1		R\$ XXX,XX	

(local e data)
(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, a empresa _____,
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____,
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula
de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____

outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do processo
administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019 da licitação em epígrafe,
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO
COM FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
UPA – 24 H**, solicitado pela **Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de
Teresópolis**.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditivo de
sua participação no citado certame; declarando-se, ainda, ciente de todas as disposições
relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes do
Edital.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO IV – 1ª VIA

CERTIFICADO DE COMPARECIMENTO AO LOCAL E CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS
(VISITA TÉCNICA)

Atestamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações pertinentes ao objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2019.

Representante legal da empresa

Nome:..... *

Identidade: *

CPF: *

Carimbo com nº CNPJ

Profissional Responsável Técnico

Nome:..... *

Identidade: *

CPF: *

Carimbo com nº do CREA

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

P/ Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas em / /

Os campos indicados por asterisco deverão ser preenchidos pelo licitante.

1ª Via Empresa (Habilitação)/2ª Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas.



ANEXO IV – 2ª VIA

**CERTIFICADO DE COMPARECIMENTO AO LOCAL E CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS
(VISITA TÉCNICA)**

Atestamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações pertinentes ao objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2019.

Representante legal da empresa

Nome:..... *

Identidade: *

CPF: *

Carimbo com nº CNPJ

Profissional Responsável Técnico

Nome:..... *

Identidade: *

CPF: *

Carimbo com nº do CREA

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

P/ Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas em / /

Os campos indicados por asterisco deverão ser preenchidos pelo licitante.

1ª Via Empresa (Habilitação)/2ª Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

Pelo presente instrumento, a empresa _____,
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____,
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula
de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____
declara ao Município de Teresópolis que atende a todas as condições de habilitação no
processo administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la no processo administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019 declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 88 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do processo administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, que não possui no seu quadro de funcionários: dirigentes, vereadores, ocupantes de cargos comissionados e servidores municipais, bem como pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção ou que tenham sido nos últimos 180 dias anterior à data do ato convocatório.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Pelo presente instrumento, a empresa _____,
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____,
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula
de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____
outorgando-lhe plenos poderes para representá-la no processo administrativo nº. 31.491/2018
da Tomada de Preços nº 001/2019 declara, sob as penalidades cabíveis, que não existe fato
superveniente ao cadastramento que possa impedir nossa habilitação, nos termos do § 2º, do
artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO IX

CERTIFICADO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL - 1º VIA

DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EMPRESA.....*

CNPJ Nº.....*

Pelo presente certificamos o cumprimento referente ao item 13 do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2019, oriundo do processo administrativo nº. 31.491/2018, que a empresa supracitada apresentou, em anexo, documento de prestação da garantia contratual, no valor, pelo período e na modalidade abaixo discriminados, correspondente a um dos documentos exigidos para assinatura do Contrato, conforme permissivo da Lei Federal nº 8.666/1993:

A) Prestou garantia Contratual no percentual de 05 % (cinco por cento) do valor global do Contrato a ser firmado, correspondente ao valor de: R\$.....
(.....)*

B) Pelo período -*

01	CAUÇÃO EM DINHEIRO	R\$ XXX,XX
02	FIANÇA BANCÁRIA. (conforme modelo da Carta de Fiança – Anexo 02)	R\$ XXX,XX
03	SEGURO GARANTIA	R\$ XXX,XX

Teresópolis, de de 2019.

Secretaria Municipal de Fazenda



Observação:

- Este Anexo deverá ser preenchido mecanicamente, pela Adjudicatária, somente nos campos indicados por asterisco (*)
- Este Anexo deverá ser assinado e datado por funcionário responsável pelo SMF.
- A 1º via deste Anexo será retida pela Secretaria Municipal de Fazenda juntamente com o documento original de prestação de garantia.
- A 2º via deste Anexo deverá ser apresentada ao CML após a convocação da Adjudicatária para assinatura do referido Contrato.



ANEXO IX

CERTIFICADO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL - 2ºVIA

DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA / SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EMPRESA.....*

CNPJ Nº.....*

Pelo presente certificamos o cumprimento referente ao item 13 do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2019, oriundo do processo administrativo nº. 31.491/2018, que a empresa supracitada apresentou, em anexo, documento de prestação da garantia contratual, no valor, pelo período e na modalidade abaixo discriminados, correspondente a um dos documentos exigidos para assinatura do Contrato, conforme permissivo da Lei Federal nº 8.666/1993:

A) Prestou garantia Contratual no percentual de 05 % (cinco por cento) do valor global do Contrato a ser firmado, correspondente ao valor de: R\$.....
(.....)*

1 Pelo período -*

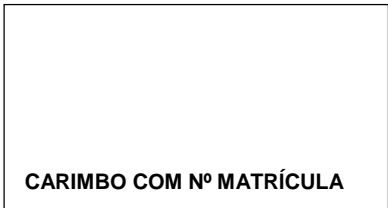
01	CAUÇÃO EM DINHEIRO	R\$ XXX,XX
02	FIANÇA BANCÁRIA. (conforme modelo da Carta de Fiança – Anexo 02)	R\$ XXX,XX
03	SEGURO GARANTIA	R\$ XXX,XX

Teresópolis, de de 2019.

Secretaria Municipal de Fazenda

Observação:

- Este Anexo deverá ser preenchido mecanicamente, pela Adjudicatária, somente nos campos indicados por asterisco (*)
- Este Anexo deverá ser assinado e datado por funcionário responsável pelo SMF.
- A 1º via deste Anexo será retida pela Secretaria Municipal de Fazenda juntamente com o documento original de prestação de garantia.
- A 2º via deste Anexo deverá ser apresentada ao CML após a convocação da Adjudicatária para assinatura do referido Contrato.





ANEXO X

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE EQUIPARAÇÃO NA SITUAÇÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la no processo administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de Pequenos Negócios, nos termos da Lei Complementar Federal n. 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, estando enquadrado como:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, é modalidade de Microempresa, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() COOPERATIVA, equiparadas a Microempresa por força do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, até o limitado a receita bruta anual limite no inciso II do caput do art. 3 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2016.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)

Observação:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006.



ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTENÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO
(SOMENTE AS EMPRESAS OBRIGADA A SUBCONTRATAREM PEQUENOS NEGÓCIOS)**

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública processo administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019, declara a relação dos Pequenos Negócios que serão subcontratadas e as respectivas atividades que serão executadas pelas mesmas.

SUBCONTRATADA N. 1 (...)			
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ		PORTE:	
NOME RESPONSÁVEL		CPF	
TELEFONE			
ENDEREÇO			
ATIVIDADES A SEREM REALIZADA DO OBJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	% DO TOTAL DA OBRA	
PARTICIPAÇÃO TOTAL DA SUBCONTRATADA N. 1		XX,XX %	

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)

Observação:
O quadro de detalhamento de Subcontratadas deverá ser repetido e preenchido com todas aquelas empresas que serão subcontratadas.
A prestação de informação falsa é de responsabilidade da licitante.



ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE FUNCIONÁRIO INELEGÍVEL

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública processo administrativo nº. 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no parágrafo único do Art. 2º da Emenda à Lei Orgânica Municipal de Teresópolis, os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não foram declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa nas seguintes situações:

I – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II – condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE DISPÕE EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS PERCENTUAL MÍNIMO DE BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Lei nº 8.213/91)

Pelo presente instrumento, a empresa _____,
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____,
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula
de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____
outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública, processo administrativo
nº 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019, atende às exigências impostas pela Lei
Federal nº 8.213/91, relacionadas com a existência em seus quadros de empregados
beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência
habilitada, conforme dados a seguir:

Número total de empregados XXX.

Número total de empregados reabilitados e/ou deficientes XXX.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)

Observação:

O licitante vencedor deverá apresentar que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II- de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional

Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.



ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública, processo administrativo nº 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto nos inciso III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO XV

ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ em estrito cumprimento ao previsto no processo administrativo nº 31.491/2018 da Tomada de Preços nº 001/2019 da licitação em epígrafe, na forma abaixo discriminada, apresenta a sua situação financeira a ser aferida por meio dos índices de liquidez corrente – LC, liquidez geral – LG e solvência geral – SG.

LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente	índice maior ou igual a 1,00
Liquidez geral	índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral	índice maior ou igual a 1,00

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)

(nome completo e CRC do contador responsável)



ANEXO XVI

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO NATAN GARCIA LEITÃO BAIRRO: SÃO PEDRO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta obra consiste na reforma da Unidade de Pronto Atendimento Nathan Garcia, Avenida Tenente Luiz Meireles s/n, Teresópolis-RJ

Descrição geral da obra:

1. Retirada de todo piso vinílico existente e colocação de novo
2. Retirada de todo rodapé e colocação de novo
3. Troca do contrapiso /assoalho de compensado naval

Este caderno fixa as condições para execução dos serviços pela Empresa vencedora da Licitação, para esta obra, doravante denominada Contratada, conforme abaixo descrito:

Em caso de dúvidas durante a obra, com relação ao projeto, plantas, execução, detalhes e etc., esclarecê-las com a fiscalização da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, antes de efetuar o serviço.

As medidas dos quantitativos do orçamento são estimativas, baseadas na planta de arquitetura e deverão ser conferidos em campo para efetivo pagamento.

O prazo para execução da obra é de **60 dias corridos**.

O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas, será efetuado através de medições mensais realizadas pela fiscalização. As medições ocorrerão até o dia **15** de cada mês, sendo que a contratada terá até o dia **18** como data limite para apresentação da fatura.

As faturas deverão ser apresentadas no Protocolo Geral desta Prefeitura juntamente com a cópia do contrato, nota de empenho, ART da Contratada, planilha total da contratada, planilha



parcial (medição), nota fiscal da medição. Deverão incluir também as certidões negativas de Débitos Municipal, Estadual Federal e Trabalhista, além do certificado de Regularidade Fiscal do FGTS. Deverá constar na 1ª medição o ofício de início e, a partir da 2ª medição, a guia de FGTS do mês anterior da respectiva obra.

A última medição será paga somente após o aceite provisório que deverá estar anexado a essa parcela.

O planejamento da obra será feito antes de seu início, em reunião específica entre a Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas e a Contratada, representada pelo engenheiro responsável da obra.

A Contratada não poderá manter no canteiro de serviços quaisquer materiais estranhos a obra.

O controle de qualidade e outros exigidos, não eximem a Contratada de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras e serviços executados.

A obra deverá ser entregue, após concluída, em perfeito estado de conservação e limpeza, pronta para ser utilizada. Os entulhos decorrentes dos serviços, bem como materiais e equipamentos utilizados, deverão ser removidos pela Contratada durante a obra.

Será mantido na obra, pela contratada, livro de registro com relatório diário de todos os serviços executados e demais ocorrências da obra.

A obra só poderá ser iniciada após a colocação da placa e a emissão da ordem de início da Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

01. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

01.01 A 01.04. Os itens de administração local contemplam: engenheiro da obra, encarregado, servente, materiais de escritório e limpeza, computadores da obra, energia, telefone e demais itens necessários ao bom funcionamento do canteiro, como EPI para mão de obra da administração local. O item referente a despesas dentro do canteiro de obras será pago proporcionalmente aos serviços executados.



02. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

02.01. Placa de identificação de obra pública tipo BANNER / PLOTTER, constituída por lona e impressão digital, exclusive suportes de madeira. Fornecimento e colocação.

02.02. Transporte de container, segundo descrição da família 02.006, exclusive carga e descarga (vide item 04.013.0015).

02.03. Carga e descarga de container, segundo descrição da família 02.006.

02.04. Aluguel de container (módulo metálico içável), para escritório com WC, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçados e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas e hidrossanitárias, suprido de acessórios, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, exclusive transporte (vide item 04.005.0300), carga e descarga (vide item 04.013.0015).

02.05. Retirada de entulho de obra com caçamba de aço tipo container com 5m³ de capacidade, inclusive carregamento, transporte e descarregamento. Custo por unidade de caçamba e inclui a taxa para descarga em locais autorizados.

03. REVESTIMENTOS

03.01. Remoção de placas de piso vinílico ou de borracha sintética.

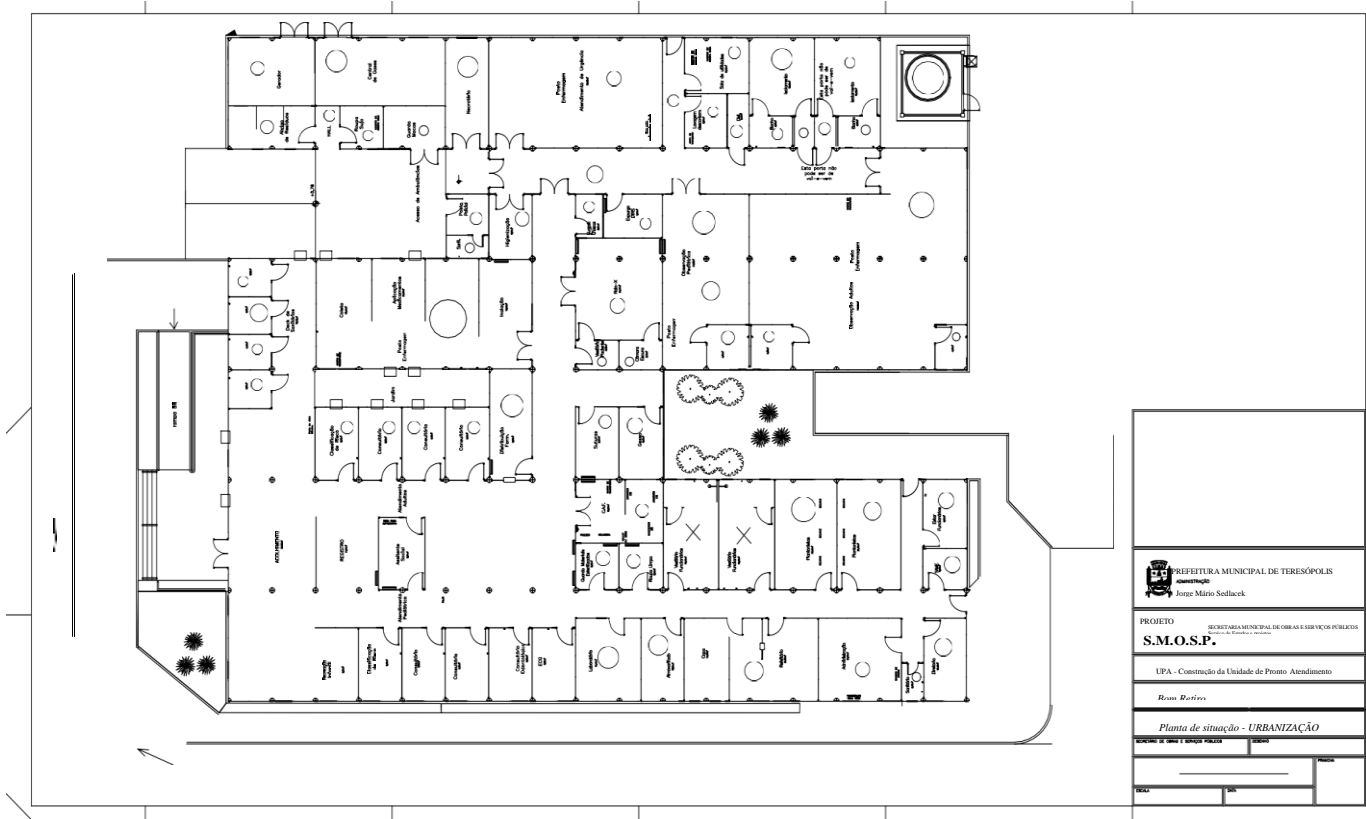
03.02. Colocação de piso vinílico em ladrilhos de resina de PVC plastificante em mantas de 2m de largura x 23m de comprimento, espessura de 2mm, reforço em poliuretano ultra resistente, para tráfego intenso, antifungicida e antibacteriano, várias cores, exclusive rodapé.

03.03 Retirada de rodapé de PVC

03.04 Colocação de rodapé de PVC tipo hospitalar, plano ou curvo, com 7,5cm de altura, para pisos vinílicos. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO

03.05 Compensado naval de 15mm (chapa de 2,20 x 1,10m). FORNECIMENTO

Obs: os item 03.03 serão executado conforme planilha, ou seja, deverá ser reutilizado com algum material retirado, desde que esteja em bom estado e com a decisão final da fiscalização.

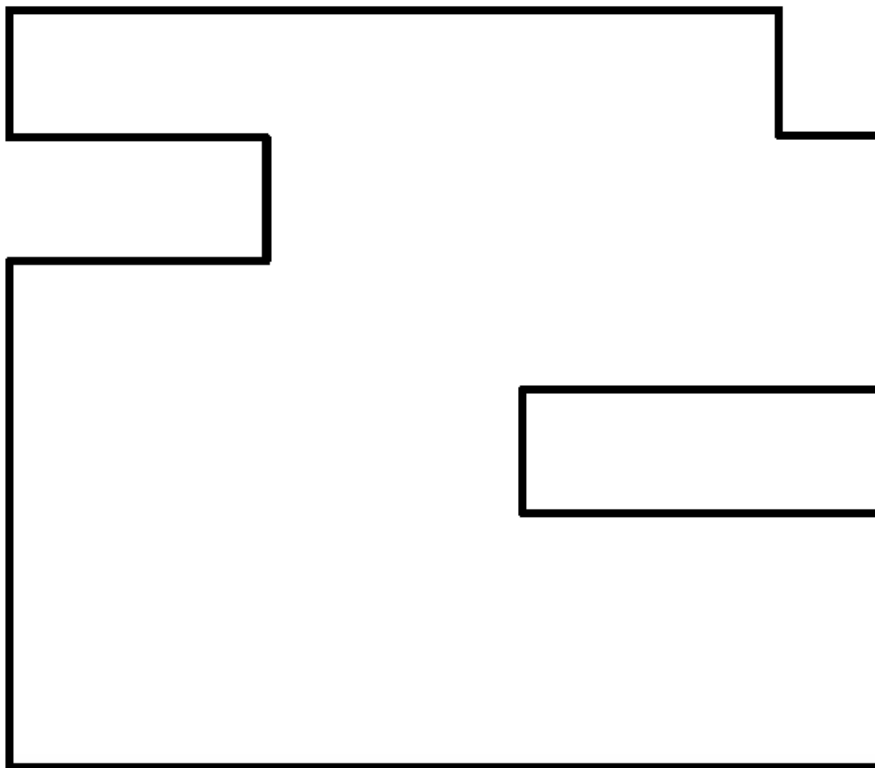


LOCA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ
PROCESSO Nº 31.491/2018
RUBRICA: FLS:



O arquivo no formato DWG contendo as plantas do local de realização do serviço de engenharia estão disponíveis no site www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br e poderá ser solicitado a Secretaria Especial de Fiscalização de Obras.

Antônio Henrique V. da Rosa
Secretário Mun. de Saúde
Mat. 4.16513-6



ANEXO XVII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇO	PREÇO	30 DIAS	60 DIAS	TOTAL
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	22.086,51	50,00%	50,00%	100,00%
2	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	2.847,66	77,67%	22,33%	100,00%
3	FECHAMENTOS E ESTRUTURAS	287.744,27	40,00%	60,00%	100,00%
	TOTAL	312.678,44	41,05%	58,95%	100,00%



ANEXO XVIII

PLANILHA ESTIMATIVA

BDI =
20%

Mês/Ano referência: 12/2018

Item	Código	Descrição	Unidade	TOTAL	\$ Unitário		\$ Parcial
					s/BDI	c/BDI	
01.0		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
01.01	05.105.0032-A	Mão de obra de engenheiro ou arquiteto jur., inclusive encargos sociais	h	80,00	70,56	84,67	6.773,60
01.02	05.105.0027-A	Mão de obra de feitor (encarregado de turma), inclusive encargos sociais	h	320,00	23,95	28,74	9.196,80
01.03	05.105.0015-A	Mão de obra de servente, inclusive encargos sociais	h	320,00	12,54	15,05	4.816,00
01.04	05.100.0900-A	Unidade de referência para complemento da administração local, considerando: consumo de água, telefone, energia elétrica, materiais de limpeza e de escritório, computadores, licença de obra, móveis e utensílios, ar condicionado, bebedouro, ART, RRT, fotografias, uniformes, diárias, exames médicos admissionais periódicos e demissionais, cursos de capacitação/treinamento e demais itens que complementem as despesas necessárias, exclusive despesas com subsídios em alimentação e transporte de pessoal. Veja o critério para utilização deste item nas notas para uso do boletim	ur	43,15	25,11	30,13	1.300,11
						TOTAL	22.086,51

02.0		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
02.01	02.020.0003-A	Placa de identificação de obra pública tipo BANNER / PLOTTER, constituída por lona e impressão digital, exclusive suportes de madeira. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m²	6,00	94,86	113,83	682,98
02.02	04.005.0300-A	Transporte de container, segundo descrição da família 02.006, exclusive carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x km	6,00	20,93	25,12	150,72



02.03	04.013.0015-A	Carga e descarga de container, segundo descrição da família 02.006	un	2,00	54,58	65,50	131,00
02.04	02.006.0015-A	Aluguel de container (módulo metálico içável), para escritório com WC, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçados e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas e hidrossanitárias, suprido de acessórios, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, exclusive transporte (vide item 04.005.0300), carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x mês	2,00	500,00	600,00	1.200,00
02.05	05.001.0170-A	Transporte horizontal de material de 1ª categoria ou entulho, em carrinhos, a 10,00m de distância, inclusive carga a pá	m³	9,00	14,85	17,82	160,38
02.06	04.014.0095-A	Retirada de entulho de obra com caçamba de aço tipo container com 5m³ de capacidade, inclusive carregamento, transporte e descarregamento. Custo por unidade de caçamba e inclui a taxa para descarga em locais autorizados	un	2,00	217,74	261,29	522,58
						TOTAL	2.847,66

03.0		REVESTIMENTO					
03.01	05.001.0073-A	Remoção de placas de piso vinílico ou de borracha sintética	m²	1.217,60	4,52	5,42	6.599,39
03.02	13.390.0027-A	Idem item 13.390.0020, em mantas de 2m de largura x 23m de comprimento, espessura de 2mm, reforço em poliuretano ultra resistente, para tráfego intenso, antifungicida e antibacteriano, várias cores, exclusive rodapé	m²	1.217,60	161,50	193,80	235.970,88
03.03	05.001.0078-A	Remoção de rodapés de madeira, cerâmica ou semelhante	m	1.000,00	1,61	1,93	1.930,00
03.04	13.390.0058-A	Rodapé de PVC tipo hospitalar, plano ou curvo, com 7,5cm de altura, para pisos vinílicos. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m	1.000,00	15,72	18,86	18.860,00
03.05	14.006.0645-A	Compensado naval de 15mm (chapa de 2,20 x 1,10m). FORNECIMENTO	m²	600,00	33,87	40,64	24.384,00
		TOTAL					287.744,27

TOTAL	312.678,44
--------------	-------------------



ANEXO XIX
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição	Unidade	Quantidades
ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
Mão de obra de engenheiro ou arquiteto jr., inclusive encargos sociais	h	2MESES X 20DIAS X 2HRS = 80H x84,67= 6.773,60
Mão de obra de feitor (encarregado de turma), inclusive encargos sociais	h	2MESES X 20DIAS X 8HRS = 320H x 28,47= 9.196,80
Mão de obra de servente, inclusive encargos sociais	h	2MESES X 20DIAS X 8HRS = 320Hx 15,05= 4.816,00
Unidade de referência para complemento da administração local, considerando: consumo de água, telefone, energia elétrica, materiais de limpeza e de escritório, computadores, licença de obra, móveis e utensílios, ar condicionado, bebedouro, ART, RRT, fotografias, uniformes, diárias, exames médicos admissionais periódicos e demissionais, cursos de capacitação/treinamento e demais itens que complementem as despesas necessárias, exclusive despesas com subsídios em alimentação e transporte de pessoal. Veja o critério para utilização deste item nas notas para uso do boletim	ur	Engenheiro Civil + Encarregado + Servente x 5% = (6.773,60+9.196,80+4.816,00) x 5%= 1.039,32
SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
Placa de identificação de obra pública tipo BANNER / PLOTTER, constituída por lona e impressão digital, exclusive suportes de madeira. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m²	3 x 2
Transporte de container, segundo descrição da família 02.006, exclusive carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x km	1 x 5
Carga e descarga de container, segundo descrição da família 02.006	un	2
Aluguel de container (módulo metálico içável), para escritório com WC, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo acústico no forro, chassi reforçados e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas e hidrossanitárias, suprido de acessórios, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, exclusive transporte (vide item 04.005.0300), carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x mês	2
Transporte horizontal de material de 1ª categoria ou entulho, em carrinhos, a 10,00m de distância, inclusive carga a pá	m³	Piso vinílico =1217,60 m²x 0,002 m= 2,43 m³ Rodapé em PVC= 470mx0,10 mx0,12= 5,64 m³ Total= 8,07 m³ aproximadamente 9,0 m³
Retirada de entulho de obra com caçamba de aço tipo container com 5m³ de capacidade, inclusive carregamento, transporte e descarregamento. Custo por unidade de caçamba e inclui a taxa para descarga em locais autorizados	un	2
REVESTIMENTO		
Remoção de placas de piso vinílico ou de borracha sintética	m²	1.217,60
Idem item 13.390.0020, em mantas de 2m de largura x 23m de comprimento, espessura de 2mm, reforço em poliuretano ultra resistente, para tráfego intenso, antifungicida e antibacteriano, várias cores, exclusive rodapé	m²	1.217,60
Remoção de rodapés de madeira, cerâmica ou semelhante	m	1.000,00
Rodapé de PVC tipo hospitalar, plano ou curvo, com 7,5cm de altura, para pisos vinílicos. FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	m	1.000,00
Compensado naval de 15mm (chapa de 2,20 x 1,10m). FORNECIMENTO	m²	600,00



ANEXO XX
TABELA DO BID

BDI PARA OBRAS DE EDIFICAÇÕES - REFORMA (COM AMPLIAÇÃO DE ATÉ 40%)

DESCRIÇÃO	MÍNIMO		MÁXIMO		MÉDIA	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL-LUCRO	AD.CENTRAL	LUCRO	AD.CENTRAL	LUCRO	AD.CENTRAL	LUCRO
Até R\$150.000,00	5,40%	7,00%	10,00%	9,90%	7,50%	8,75%
De R\$150.000,00 até R\$1.500.000,00	4,90%	6,50%	9,50%	9,40%	7,00%	8,25%
De R\$150.000.000,00 até R\$7.500.000,00	4,40%	6,00%	9,00%	8,90%	6,50%	7,75%
De R\$7.500.000,00até R\$150.000.000,00	3,90%	5,50%	8,50%	8,40%	6,00%	7,25%
Acima de R\$150.000.000,00	3,40%	5,00%	8,00%	7,90%	5,50%	6,75%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,50%		1,50%		1,00%	
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,35%		2,40%		1,32%	
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,00%		0,81%		0,36%	
Garantias	0,00%		0,42%		0,21%	
Riscos						
Obras simples em condições favoráveis com execução em ritmo adequado	0,35%		0,85%		0,65%	
Obras mediana em área e ou prazo em condições normais de execução	0,40%		0,98%		0,75%	
Obras complexas em condições adversas com execução em ritmo acelerado, em áreas restritas	0,48%		1,17%		0,90%	
	4,85%		6,65%		5,75%	
ISS*	1,20%		Até 3,00%		2,10%	
PIS	0,65%		0,65%		0,65%	
COFINS	3,00%		3,00%		3,00%	
BDI						
Até R\$150.000,00	22,40%		31,90%		26,80%	
De R\$150.000,00 até R\$1.500.000,00	21,30%		30,70%		25,70%	
De R\$150.000.000,00 até R\$7.500.000,00	20,10%		29,60%		24,50%	
De R\$7.500.000,00até R\$150.000.000,00	19,00%		28,40%		23,30%	
Acima de R\$150.000.000,00	17,90%		27,20%		22,20%	
Obs: (*) % de ISS considerando 2%, 3,5% e 5% sobre 50% do Preço de Venda - Observar a legislação do Município.						



BDI PARA OBRAS HÍDRICAS - SANEAMENTO BÁSICO

DESCRIÇÃO	MÍNIMO		MÁXIMO		MÉDIA	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL-LUCRO	AD.CENTRAL	LUCRO	AD.CENTRAL	LUCRO	AD.CENTRAL	LUCRO
Até R\$150.000,00	7,70%	9,90%	10,00%	10,00%	8,70%	9,20%
De R\$150.000,00 até R\$1.500.000,00	7,20%	9,40%	9,50%	9,50%	8,20%	8,70%
De R\$150.000.000,00 até R\$7.500.000,00	6,70%	8,90%	9,00%	9,00%	7,70%	8,20%
De R\$7.500.000,00até R\$150.000.000,00	6,20%	8,10%	8,50%	8,50%	7,20%	7,70%
Acima de R\$150.000.000,00	3,70%	7,90%	8,00%	8,00%	6,70%	7,20%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,50%		1,50%		1,00%	
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,35%		2,40%		1,32%	
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS		0,00%		0,81%		0,36%
Garantias		0,00%		0,42%		0,21%
Riscos						
Obras simples em condições favoráveis com execução em ritmo adequado		0,35%		0,85%		0,65%
Obras mediana em área e ou prazo em condições normais de execução	0,40%			0,98%		0,75%
Obras complexas em condições adversas com execução em ritmo acelerado, em áreas restritas	0,48%			1,17%		0,90%
TRIBUTOS	4,65%		6,15%		5,40%	
ISS*	1,00%		até 2,50%			1,75%
PIS	0,65%		0,65%			0,65%
COFINS	3,00%		3,00%			3,00%
BDI						
Até R\$150.000,00	25,30%		31,80%		28,30%	
De R\$150.000,00 até R\$1.500.000,00	24,20%		30,60%		27,10%	
De R\$150.000.000,00 até R\$7.500.000,00	23,00%		29,40%		25,90%	
De R\$7.500.000,00até R\$150.000.000,00	21,90%		28,00%		24,80%	
Acima de R\$150.000.000,00	20,80%		27,00%		23,60%	

Obs: (*) % de ISS considerando 2%, 3,5% e 5% sobre 50% do Preço de Venda - Observar a legislação do Município.

BDI PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

DESCRIÇÃO	MÍNIMO		MÁXIMO		MÉDIA	
Administração Central	1,30%		8,00%		5,20%	
Despesas Financeiras	50,00%		1,50%		1,00%	
Seguros, Riscos e Garantias	25,00%		1,53%		0,88%	
Seguros		0,00%		0,54%		0,24%
Garantias		0,00%		0,42%		0,21%
Riscos		0,25%		0,57%		0,43%
Tributos	3,65%		3,65%		3,65%	
ISS		0,00%		0,00%		0,00%
PIS		0,65%		0,65%		0,65%
COFINS		3,00%		3,00%		3,00%
Lucro	1,75%		6,50%		4,10%	
TOTAL	10,50%		19,60%		15,60%	